

Estudos do Direito Administrativo / Período: 6

Professor: Rovená Almeida Pinto Andrade (Especialista)

CH: 80h

Ementa:

Introdução ao direito administrativo; regime jurídico-administrativo; organização da administração pública; atos administrativos e poderes administrativos; agentes públicos e bens públicos; licitações e contratos.

Habilidades:

Propiciar a formação de base teórica e a reflexão das noções iniciais e fundamentais do Direito Administrativo, conjuntamente com dinamicidade dos institutos, em especial pelas alterações da Administração Pública e pela globalização, e acompanhada da adequada e indissociável crítica que estão a merecer. Referenciar a disciplina no curso e a sua importância teórico-prática; Objetivar a finalidade do estudo do Direito Administrativo em nossa sociedade; Identificar os conceitos e aspectos gerais que envolvem o Direito Administrativo e as discussões que o constituem; Orientar os Administradores em seus atos, acompanhando a sua evolução no que tange ao Direito Administrativo; Abranger sobre o Poder Constituinte e também sobre princípios, procedimentos e atos gerais das Licitações.

Metodologia:

As aulas a distância serão realizadas em vídeo aulas, material disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atividades de apoio para exploração e enriquecimento do conteúdo trabalhado, fóruns de discussão, atividades de sistematização, avaliações e laboratórios práticos virtuais.

Recursos Didáticos:

Livro didático;
Vídeo aula;
Fóruns;
Estudos Dirigidos (Estudo de caso);
Experimentos em laboratório virtual;
Biblioteca virtual;
Atividades em campo.

Conteúdo Programático:

- ☐ Introdução ao direito administrativo
- ☐ Surgimento e evolução histórica do estado moderno
- ☐ Direito público X direito privado
- ☐ Funções estatais e critérios definidores
- ☐ Teoria dos três setores
- ☐ Fontes do direito administrativo
- ☐ Regime jurídico-administrativo
- ☐ Função administrativa
- ☐ Princípios base da administração pública
- ☐ Princípio da legalidade
- ☐ Princípio da impessoalidade
- ☐ Princípio da moralidade
- ☐ Princípio da publicidade
- ☐ Princípio da eficiência
- ☐ Princípio da razoabilidade/proporcionalidade
- ☐ Princípio da autotutela
- ☐ Princípio da presunção de legitimidade
- ☐ Princípio da motivação
- ☐ Princípio da segurança jurídica
- ☐ Princípio do contraditório e ampla defesa
- ☐ Princípio da igualdade/isonomia
- ☐ Organização da administração pública
- ☐ Órgãos. Conceito e classificação
- ☐ Autarquias
- ☐ Agências reguladoras
- ☐ Fundação pública
- ☐ Agências executivas
- ☐ Empresas públicas e sociedades de economia mista
- ☐ Consórcios públicos
- ☐ Atos administrativos e poderes administrativos
- ☐ Elementos do ato administrativo
- ☐ Atributos do ato administrativo
- ☐ Classificação dos atos administrativos
- ☐ Espécies de ato administrativo
- ☐ Poderes administrativos
- ☐ Poder regulamentar
- ☐ Poder hierárquico
- ☐ Poder disciplinar
- ☐ Poder de polícia
- ☐ Agentes públicos e bens públicos
- ☐ Classificação
- ☐ Cargo, emprego e função pública
- ☐ Cargos privativos de brasileiro nato
- ☐ Concurso público
- ☐ Provimento e vacância
- ☐ Remuneração
- ☐ Cumulação de cargos públicos
- ☐ Estabilidade, efetividade, estabilização e vitaliciedade
- ☐ Bens públicos
- ☐ Afetação e desafetação de bens
- ☐ Bens dominicais
- ☐ Uso de bem público
- ☐ Bens públicos em espécie
- ☐ Licitações e contratos
- ☐ Serviços técnicos profissionais especializados
- ☐ Das compras
- ☐ Das alienações
- ☐ Das modalidades, limites e dispensa de licitação
- ☐ Dispensa e inexistência de licitação
- ☐ Habilitação
- ☐ Registros cadastrais
- ☐ Do procedimento e julgamento
- ☐ Contratos
- ☐ Alteração dos contratos
- ☐ Inexecução e rescisão contratual
- ☐ Das sanções administrativas e tutela judicial
- ☐ Recursos administrativo
- ☐ Controle da Administração Pública
- ☐ Tribunal de Contas
- ☐ Ações Constitucionais de Controle
- ☐ Poder de Polícia

Sistema de Avaliação:

A distribuição dos 100 pontos acontecerá da seguinte forma durante o período de oferta da disciplina:

Fórum de Discussão Avaliativo: 10%

Estudo Dirigido: 10%

Avaliação Parcial I : 15%

Avaliação Parcial II : 15%

Avaliação Final: 50%

Caso o aluno não alcance no mínimo 60% da pontuação distribuída, haverá a **Avaliação Suplementar** com as seguintes características:

Todo o conteúdo da disciplina. Valor: 100 pontos

Pré-requisito: Resultado Final ≥ 20 e < 60

Regra: $(\text{Resultado Final} + \text{Nota Prova Suplementar}) / 2$

Média final para Aprovação: ≥ 60 pontos

Bibliografia Principal:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Resumo de Direito Administrativo Descomplicado. 8a Edição. Rev. E atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 5a Edição. São Paulo, SARAIVA, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25a Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito administrativo. 28a Ed. São Paulo: Atlas, 2015. OLIVEIRA,

Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 5a.Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 18a Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Por ser verdade, firmo o presente documento.

Ipatinga/MG - 02 de Julho de 2025



Thyciane Alviera Gonsalves Freitas
Secretária Acadêmica